

Questão urbana e lutas sociais

Urban issue and social struggles

Susana Maria Maia*

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre o pensamento de autores ligados à teoria social crítica, que analisam os processos de estruturação social e econômica no contexto do desenvolvimento do capitalismo, identificando como a incorporação das categorias, *espaço, tempo e território*, pela lógica do capital, afeta a configuração da questão urbana. Analisando a urbanização no Brasil, aponta-se para a concentração da propriedade privada e a desigualdade que acirram um cenário de luta de classes onde se coloca como centro a disputa pelo direito à cidade. É nesse contexto que se inserem as lutas sociais como instrumento de resistência às determinações postas pela ordem vigente, com potencial de desenvolver ações que tenham como horizonte a construção de uma nova forma de sociabilidade.

Palavras chaves: Espaço e Território. Questão Urbana. Movimentos Sociais Urbanos.

Abstract: This article is the result of a literature search on the thought of authors linked to critical social theory, which analyze the processes of social and economic structure in the context of the development of capitalism, identifying how the incorporation of the categories, space, time and territory, by logic of capital, affects the configuration of urbana question. Analyzing urbanization in Brazil, points to the concentration of private property and inequality that stoked a scenario where the class stands as the central dispute over the right to fight town. It is in this context that the social struggles as an instrument of resistance determinations set forth by the ruling order, with the potential to develop actions that have as a goal the construction of a new form of sociability.

Keywords: Space and Territory, Urban Issue, Urban Social Movements.

Recebido em: 31/05/2014. Aceito em: 21/10/2014.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. smmaia@yahoo.com.br.

Primeiras considerações

A dimensão da questão urbana e habitacional sempre foi campo de atuação profissional dos assistentes sociais, nos mais diversos programas, porém, enquanto eixo de pesquisa e aprofundamento teórico, esta se constitui ainda como uma realidade nova. Nos últimos anos têm se intensificado as lutas sociais pelo acesso à cidade, fazendo com que se ampliem os estudos, análises e indicativos acerca do direito à cidade, do impacto das grandes operações urbanas e megaeventos na constituição das cidades e no processo de organização da classe trabalhadora.

Para compreender as determinações que compõem a questão urbana, torna-se imprescindível incorporar como eixo de análise a dimensão do *território*. Esse eixo possibilita a análise de categorias centrais para o entendimento dos processos de reestruturação econômica e social que vivenciados neste novo ciclo de desenvolvimento do capital e que vai interferir diretamente nas expressões contemporâneas da questão social, criando novas formas de exclusão e de dominação por parte do capital, em especial, na perspectiva da compressão espaço-tempo.

O presente artigo integra as discussões realizadas na dissertação de Mestrado em Serviço Social cujo objeto de estudo refere-se à *Luta Coletiva e Consciência de Classe*, onde nos dispusemos a compreender o processo de formação da consciência de classe vivenciado em uma ocupação urbana, realizada em abril de 2009, tendo, atualmente, cinco anos de resistência e luta.

A questão norteadora do processo de investigação – composto por levantamento bibliográfico e pesquisa qualitativa, via observação em campo e entrevista semi-estruturada – foi: “é possível a partir da luta por direitos, que está inserida no campo da emancipação política, constituir processos que tenham como horizonte a emancipação humana?”. A partir daí, nos propusemos a identificar repercussões do processo de formação da consciência de classe na esfera da vida cotidiana daqueles indivíduos e grupos, partindo da compreensão do cotidiano como espaço de produção e reprodução das relações sociais.

No estudo da dissertação, discorreremos acerca de um conjunto de categorias analíticas

que nos auxiliassem a compreender as determinações que compõem o cenário da luta de classes onde se desenvolvem as lutas sociais no espaço urbano. Estas reflexões possibilitaram uma primeira aproximação a esta temática, instigando a relevância, e necessidade, de aprofundar categorias a fim de identificar a interlocução e/ou interferência das mesmas no cenário das lutas sociais urbanas, em especial da organização da classe trabalhadora em movimentos sociais que visam *ocupar* o espaço urbano, a partir das lutas por moradia.

Para a construção deste artigo, parte-se, primeiramente, da discussão acerca da apropriação da dimensão do território como lógica territorial do capital, que vai refletir diretamente na configuração do espaço urbano, partindo da pesquisa bibliográfica realizada sobre esta temática a partir do pensamento de autores ligados à teoria social crítica, utilizando o materialismo histórico-dialético como instrumento de leitura da realidade.

O estudo traz reflexões de expoentes da geografia marxista, Harvey e Lefebvre, que fazem a discussão sobre as categorias *espaço e tempo*, situando como a incorporação dessas categorias pela lógica do capital determina a utilização do território. Partindo da concepção de território como espaço onde se dá a reprodução das relações sociais, discute-se sobre a apropriação capitalista da lógica espacial do território, afetando diretamente a constituição das cidades, estas como espaço de reprodução do processo de acumulação.

A partir da constituição das cidades nos países subdesenvolvidos, determinada pela posição subordinada aos interesses do capitalismo internacional, situamos a realidade brasileira. Refletindo sobre a questão urbana na formação social brasileira e indicando elementos do processo de constituição das cidades e de urbanização, destaca-se a configuração da questão urbana no país apontando para o surgimento dos movimentos sociais que visam ocupar o espaço urbano, a partir das lutas por moradia.

O estudo realizado constata que, no contexto de crise do capital onde este se reorganiza, estabelecendo estratégias para sua valorização e expansão para todas as esferas da vida social, reafirma-se a relevância do campo das lutas sociais como ferramenta para o desenvolvimento

de ações da classe, articuladas num horizonte de rompimento com a ordem vigente.

Conceituando Espaço e Tempo

A discussão de *espaço e tempo* dentro da teoria social crítica, se inaugura na geografia marxista que, a partir dos anos 80, aprofunda o “debate crítico mais amplo e mais profundo sobre a teorização adequada da espacialidade da vida social” (SOJA, 1993, p.58). Parafrazeando Harvey, o autor indica que a geografia política do capitalismo deve ser objeto de teorização, a partir do método de investigação do materialismo histórico geográfico.

É uma convocação irresistível para uma reformulação radical da teoria social crítica como um todo, do marxismo ocidental em particular, e das muitas maneiras diferentes como encaramos, conceituamos e interpretamos não apenas o espaço em si, mas toda a gama de relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social, em todos os níveis de abstração (SOJA, 1993, p.58).

Ainda segundo o autor, as teorizações da geografia marxista abordam como a centralidade da reflexão sobre o espaço nas tradições intelectuais contribui para a formação de uma dialética socioespacial urbana, refletindo questões fundamentais como a espacialidade do urbano, a interação entre os processos sociais e as formas espaciais.

Para nos aproximar de algumas conceituações acerca do espaço e tempo, tomaremos como referência de análise dois grandes expoentes da geografia marxista, Henri Lefebvre e David Harvey.

Lefebvre (1977) considera o *tempo* como uma categoria que tomou o espaço de interpretação da sociedade, necessitando pensá-la historicamente, ao nível da compreensão e ao nível da prática. Indica que tanto Hegel quanto Marx possuem como objeto de pesquisa e de conhecimento o *tempo*. Hegel o reconhece na reflexão do *vir a ser* histórico, como uma sucessão de figuras e momentos da consciência; quando detém o tempo, fixando-lhe um termo final no Estado existente; e ao traçar os momentos da dialética – de abstração e negação – que vão se encerrar na síntese. Já em Marx, o *vir a ser* se universaliza

verdadeiramente, concebendo historicamente, tanto a natureza quanto a sociedade – “o homem e o humano se caracterizam temporalmente: tempo de trabalho social, divisão das atividades no tempo, gênese das formas e estruturas do tempo” (LEFEBVRE, 1977, p.176). Em Marx o tempo possui um duplo aspecto, de crescimento (progressiva, quantitativa) e desenvolvimento (transformação qualitativa da experiência do tempo e espaço), conectados dialeticamente.

Ao retomar os momentos da dialética propostos por Hegel, indica-se que o processo final seria o de síntese, mas o de superação, proporcionado pela ação revolucionária. A *práxis* seria, nesta construção, a ação transformadora consciente ou refletida¹. Lefebvre identifica uma análise espacial em Marx, uma vez que, enquanto busca compreender a realidade, percebe a transformação a partir do movimento histórico e aponta para ação política numa perspectiva de escala, não local nem nacional, mas uma escala internacional².

Na reflexão sobre *espaço*, Lefebvre (2008) indica que há diversos métodos e abordagens, de diferentes níveis de reflexão e de recortes da realidade objetiva, em relação ao que vem a ser espaço. Ressalta que um método científico deve situar o objeto estudado inserido numa totalidade pressuposta – “é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade” (LEFEBVRE, 2008, p.39).

O autor apresenta quatro teses sobre como conceituar o espaço: (1) *essencial* (ideia análoga ao número platônico) – espaço como a forma pura, a transparência, a inteligibilidade, não apresentando conflito com a realidade. Nesta concepção não há luta por apropriação do espaço, ele é definido como um vazio, conteúdo em si, o espaço é neutro, é dado *a priori*. (2) *social* (modelo empirista) – produto da sociedade, que

¹ “A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é a práxis: ato, ação, interação” (LEFEBVRE, 1977, p.179).

² Nesta mesma direção, Harvey (2005b) afirma que a partir de um exame atento as obras de Marx é possível identificar uma dimensão espacial na teoria da acumulação do capital, que ocorre num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas.

resulta do trabalho e da divisão do trabalho. O espaço é a objetivação do social. (3) *instrumental* – espaço como intermediário, nem ponto de partida nem ponto de chegada. É um “instrumento político intencionalmente manipulado”, utilizado pelo Estado e pela classe dominante. É ao mesmo tempo ideológico e saber, funcional e instrumental, vinculando-se à reprodução da força de trabalho. (4) *(re)produção* – o espaço é dialético, ligado essencialmente à reprodução das relações sociais de produção. Envolve a segunda e terceira hipótese, integrando o espaço como ambiente de produção e reprodução, que implica como finalidade geral uma “orientação comum a todas as atividades na sociedade capitalista”, se estendendo para outras esferas da vida humana.

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. [...] as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda espécie de discursos, interpretações, ideologias e valores “culturais”, artísticos etc. [...] Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado (LEFEBVRE, 2008, p.49).

De acordo com Soto (2008), Lefebvre estabelece, na teoria da produção do espaço, relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana. Apresenta a contradição entre a fragmentação do espaço e a capacidade técnico-científica da produção do espaço social.

Justapondo a esta fragmentação, Lefebvre contrapõe o *direito à cidade*, que representa a “reconstituição da unidade espaço temporal, a reunião e o encontro”. Por fim, ressalta que o autor indica as contradições existentes decorrentes do “caráter capitalista da prática social”, onde, a partir da fragmentação do espaço, o mesmo é vendido em parcelas e ocupado globalmente: “para lidar com essas contradições, a burguesia conta com um duplo poder sobre o espaço. Em primeiro lugar, através da propriedade privada

do solo e, em segundo lugar, pela ação e estratégia do próprio Estado, ou seja, da globalidade” (SOTO, 2008, p.185).

Outro importante autor na discussão de espaço e tempo é o geógrafo marxista David Harvey. Para o autor, as categorias espaço e tempo são categorias básicas da existência humana, porém são pouco estudadas, sendo dado sentido às mesmas a partir do senso comum (HARVEY, 2005a). O espaço, por exemplo, é muitas vezes tratado como um fato da natureza, como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido, apreendido. Já o tempo, apresenta muitos sentidos diferenciados, como tempo cíclico, tempo “da família” (utilizado para transmissão de conhecimento e valores), o tempo da indústria, o tempo do destino.

Propõe que se reconheça a “multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção” (HARVEY, 2005a, p.189) e ressalta que os significados objetivos atribuídos a ambos estão ligados aos processos materiais, que devem ser fundamentados por processos de investigação.

Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social [...] e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente (HARVEY, 2005a, p.189).

Ressalta que “a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (ibid., p.201). Para o autor, qualquer projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções práticas espaciais e temporais. Tomando as reflexões de Lefebvre, Harvey (2005a, p.207) afirma que “o domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana”, sendo a hegemonia ideológica e política da sociedade dependente da capacidade de controlar o contexto material da experiên-

cia pessoal e social³. Ressalta ainda que o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes, seja entre as classes opostas ou intraclasse.

O autor investiga a pós-modernidade como experiência diferenciada do tempo e do espaço, numa tentativa de aniquilação do espaço a partir da aceleração do tempo de giro do capital⁴ – redução da fricção espacial com a redução do tempo. Para o autor, a história do capitalismo é a história da tentativa de superação da fricção espacial, via renovação tecnológica. A pós-modernidade seria, neste sentido, um processo novo onde a acumulação de capital assume novas formas.

O capitalismo tem sido caracterizado por contínuos esforços de redução dos tempos de giro, acelerando assim processos sociais, ao mesmo tempo em que diminui os horizontes temporais da tomada de decisões significativa [...] Há toda uma história de inovações técnicas e organizacionais aplicadas à redução dessas barreiras [...] É nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista (ibid., p.210).

Encontramos em Harvey uma análise do espaço temporal, onde quem suprime o espaço é o capital. A compressão espaço-tempo é uma estratégia da acumulação, é uma nova ordenação mediada pela técnica que vai construir uma nova concepção de tempo e espaço, condição esta que se torna dominante. Os modos flexíveis da acumulação irão focar na aceleração do ritmo dos processos econômicos e, conseqüentemente, da vida social⁵. Utiliza o termo “compressão do tempo-espaço” compreendendo “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço

e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes, radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (HARVEY, 2005a, p.219). Salieta ainda que “a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo e que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós” (idem).

Nas análises do autor, não somente a classe dominante realizou este movimento de apropriação da dimensão do espaço. O movimento operário também acumulou suas percepções. Cita, por exemplo, a I Internacional que buscou, além de unir trabalhadores de muitos lugares e indústrias diferentes, a articulação da classe trabalhadora em escala mundial e passou a transferir apoio financeiro e material de um espaço de luta de classes para outro.

Se a burguesia podia dominar o espaço para os seus próprios interesses de classe, o movimento operário também o podia [...] A capacidade de vincular os trabalhadores numa ação unida ao longo do espaço sempre foi uma importante variável na luta de classes. Marx parecia acreditar em alguma medida que o amontoamento de trabalhadores nas fábricas e nas cidades do capitalismo industrial forneceria por si mesmo uma base de poder geopolítico suficiente para a ação de classe (HARVEY, 2005a, p.213).

Segundo o autor, diante a articulação da classe trabalhadora no contexto da luta de classes, o Estado ganha o papel de gerir os espaços de poder, garantindo que os movimentos de oposição à burguesia não tenham condições de controlá-los. É neste contexto que a luta de classes assume um papel global, se inscrevendo no espaço. O autor recorre à Lefebvre para afirmar que somente a luta de classes pode evitar que o espaço abstrato assuma o controle e encubra as diferenças existentes.

Se o espaço deve ser de fato pensado como um sistema de ‘contêineres’ do poder social, segue-se que a acumulação do capital desconstroi perpetuamente esse poder social ao dar nova forma às suas bases geográficas. Dito de outra maneira, toda luta para reconstruir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas (HARVEY, 2005a, p.217).

³ Harvey (2005a) salienta que na sociedade capitalista a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexos substancial de poder social (p.207).

⁴ O autor ressalta que há, por parte dos capitalistas individuais, um incentivo para a aceleração do tempo de giro do capital com relação à média social, de modo a promover uma tendência social na direção de tempos médios de giro mais rápidos (HARVEY, 2005a, p.209).

⁵ Cabe ressaltar, como afirma Marx (2013) que a acumulação “[...] não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (p.785), neste sentido, as alterações nos processos econômicos e, conseqüentemente, na vida social, sempre partirão desta perspectiva.

A discussão das categorias *espaço* e *tempo*, irá determinar a concepção de *território* e o trato da *questão urbana* na ótica do capital, influenciando o conjunto de políticas públicas inseridas neste contexto, bem como as lutas pela ocupação das cidades.

Refletindo sobre Território e a origem das cidades

Para aproximarmos da reflexão sobre a categoria território, partimos da concepção encontrada em Ribeiro (2003) de que este se constitui como uma ligação entre a regulamentação das formas de convivência e dos comportamentos, sendo portanto um conjunto de relações reguladas por um domínio jurídico, fundamentado numa ordem dominante. É na materialidade do território que as relações sociais se objetivam.

No território a vida se realiza e se dá a reprodução dos sujeitos e das relações sociais, é o lugar de reconhecimento do sujeito, um lugar repleto de histórias. Neste sentido, o território é uma inflexão, um movimento de encontro da objetividade e da subjetividade.

Para a autora o território é o espaço do poder, é a apropriação material do espaço, demarcada pela luta de classes. Nele se verifica as simetrias das relações sociais, e é nele que as lutas se dão. A autora trabalha a noção de território como “ponte estrategicamente posicionada entre a teoria crítica do espaço e a ação política [...] o território, como fato e condição, manifesta e condiciona o exercício do poder” (RIBEIRO, 2003, p.30).

O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, as pessoas [...] Assim, o território não é apenas condição da ação tática e estratégica. Manifesta, ao contrário, outras dimensões da experiência humana, envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade concreta (RIBEIRO, 2003, p. 35).

A autora trabalha a concepção de território a partir das reflexões de Milton Santos, importante geógrafo brasileiro que se destacou, especialmente, por seus estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Santos e Silveira (2008)

trabalham a dimensão de *território usado* como categoria de análise. Este é sinônimo de espaço geográfico e para sua definição, é preciso “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 247). E, justamente, por ser espaço praticado, necessita de uma análise sistemática acerca da constituição do território.

Cada periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação e, certamente, as feições regionais (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.20).

Para os autores, o território é uma questão central da história humana e seu processo de reconstrução, paralelamente ao processo de reconstrução da sociedade, pode ser entendido a partir da formação socioespacial. Seu uso pode ser definido pela implantação de infraestruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade que configurarão as funções do nosso espaço geográfico. Os espaços são igualmente transitórios e instáveis, não existindo homogeneidade. Santos (2012, p.63) define que a formação do espaço se dá por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Analisando a ordem espacial do território, Santos e Silveira (2008) afirmam que cada empresa ou ramo de produção produz a sua própria divisão do trabalho, produzindo uma lógica territorial específica. Algumas ocupam o território a partir de lógicas globais, outras não ultrapassam as fronteiras nacionais e outras ainda são limitadas a áreas menores. Segundo os autores, verifica-se uma dialética entre as divisões do trabalho que disputam o território constituindo-se “circuitos de competição”:

As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade

de exercício de seu poder. O resto do território torna-se então, o espaço deixado às empresas menos poderosas [...] Tal poder tanto se exerce frente ao processo direto da produção quanto no que se refere aos processos políticos ou à fração política da produção, constituída pela circulação, distribuição e consumo e mediante a qual o território é utilizado como um todo (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.294-295).

Analisando a formação das cidades a partir do desenvolvimento do capitalismo, Santos (1989) afirma que a urbanização é um fenômeno crescente em escala planetária, desenvolvida com o advento do capitalismo na Europa. Surge como um “fato moderno” logo após a Revolução Industrial, por isso costuma-se associar a ideia de urbanização à industrialização.

Um importante autor que trata do processo de urbanização é Paul Singer, economista brasileiro. O autor considera a economia política da urbanização não como um fato isolado em si, mas uma determinação do desenvolvimento das forças produtivas (SINGER, 1990). Trata da formação das cidades na sociedade capitalista, a partir do que significa o processo da acumulação primitiva em Marx que entende a acumulação primitiva como o “processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção” (MARX, 2013, p.786). Para Singer (1990), a acumulação primitiva não significa somente um momento histórico pré-capitalista, mas um processo que se reatualiza historicamente no desenvolvimento do modo de produção.

Para o autor, o processo de formação de qualquer experiência de civilização urbana significou uma divisão entre campo e cidade e uma dimensão de desenvolvimento da divisão do trabalho. Ressalta que há um equívoco em analisar o processo de formação das cidades como se a separação entre a população do campo e da cidade fosse a questão central, superando a perspectiva de *classe*. Na análise do autor, a origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes, e esta “aparência” cidade x campo encobre o acirramento clássico da *luta de classes*:

[...] as relações entre as classes constituem o processo que molda a evolução da sociedade [...] Este fato fundamental é quase sempre obscurecido pela maneira como a organiza-

ção ecológica da sociedade é analisada. A história das relações campo x cidade é quase sempre escrita abstraindo-se as relações de classes ou então na suposição de que há dois sistemas de classes, um urbano e outro rural, que se contrapõem (SINGER, 1990, p.12).

Analisando a distinção relacionada ao processo de desenvolvimento do urbano e rural, Santos (1989, p.149) faz uma análise similar: “acusar as cidades de esvaziar o campo e de se enriquecer em seu detrimento equivale a superestimar sua importância e não chegar ao âmago da análise [...] Os verdadeiros atores são as estruturas sociais e econômicas”.

Singer (1990) destaca que e que o surgimento da cidade possui como condição a produção de excedente alimentar que advém do campo⁶. A produção deste conjunto de bens, produzido pelos produtores diretos, é o início do processo de constituição do mercado interno das cidades. A análise encontrada em Marx (2013, p.818) contribui para entender esse processo quando afirma que “os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno”.

A cidade passa a desenvolver outras atividades para trocar este excedente alimentar – começa a gerar a troca, comércio (cidade como lugar do comércio) – isso pressupõe, na análise do autor, a necessidade de criar outro elemento da estrutura de classe – a dominação: “[...] a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política” (SINGER, 1990, p.15).

Neste sentido, a cidade é resultado de um processo de constituição de uma classe – a nova classe de produtores urbanos – que são oriundos do campo e que na cidade vão se constituir elevando as forças produtivas para outro patamar. É sobre este segmento que surge

⁶ As comunidades primitivas começam a produzir mais que o necessário para atender às suas necessidades, passando a produzir um excedente que será apropriado por parte da população para comercializá-lo com outros (primeiras manifestações do comércio e valor de troca).

uma nova classe dominante, proprietária não só dos produtos excedentes do campo, mas acumulando riqueza móvel – valores de troca que vão reingressar no sistema produtivo. Essa forma preserva a reprodução da população e de indivíduos que são proprietários, destruindo a comunidade primitiva (coletividades) e construindo uma nova relação de produção, que será base da sociedade capitalista. Análise complementar em Harvey (2012, p.41):

[...] a criação de grandes cidades e a rápida urbanização fazem com que as cidades governem o campo. A urbanização concentra no espaço as forças produtivas e a força de trabalho, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que acabam por se consolidar no aparelho legal e militar da nação-Estado.

O capitalismo surge na cidade. É a constituição da burguesia como classe que tem, na *urbe*, uma capacidade associativa. A burguesia enfrenta o monopólio dos excedentes que estão com os senhores feudais e nas cidades o monopólio das manufatureiras que estão com as corporações, instaurando um processo de produção que vai se desenvolver, desde o princípio, de forma desigual e contraditória. Processo este que vai interferir diretamente na estrutura interna das cidades, desde sua constituição aos níveis de desenvolvimento que encontramos até os dias de hoje, conforme nos alerta Santos (1989, p.189):

Existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais (p.185) [...] às diferentes paisagens urbanas, correspondem classes sociais diferentes (p.188) [...] surgem dois tipos de agrupamento e de oposição: de um lado, oposição entre bairros ricos e bairros pobres; de outro, oposição entre bairros dotados de comércio ou de outras atividades econômicas e bairros puramente “residenciais”.

Na reflexão sobre o *fenômeno urbano* que assistimos na atualidade, onde a cidade torna-se “incontrolável” e com um emaranhado de problemas cada vez mais complexos, Lefebvre (2004, p.86) destaca suas propriedades essenciais, a

saber: (1) projeção das relações sociais; (2) lugar e terreno onde as estratégias das instituições, organismos e “agentes” urbanos de confrontam; (3) possui uma realidade e uma vitalidade específicas, ou seja, uma prática urbana. A partir deste conjunto de elementos, associado a um conjunto de distinções e diferentes características relacionadas às propriedades *topológicas* do espaço urbano, o autor considera não ser possível construir uma “*grade do espaço urbano*”.

A cidade explode; o urbano se anuncia; a urbanização completa se prepara; e, no entanto, os antigos quadros se defendem, adaptam-se às novas situações (p.87) [...] A grande cidade consagra a desigualdade [...] A alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão. Nela o espaço torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégio mantidos e conservados por uma prática (o “centro”) e estratégias (LEFEBVRE, 2004, p.89).

A cidade cria a situação urbana, onde as diferenças não existem separadamente, mas confundem-se:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada, ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo [...] a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos (ibid., p.111).

Esta construção recheada de disparidades e contradições é presente em todos os conjuntos de cidades, dos diversos países, porém buscamos melhor visualizá-la analisando o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, especificamente no Brasil, que são incorporados na etapa de desenvolvimento do capitalismo monopolista, segundo Santos (1989, p.21 e 24), por volta nos anos de 1950:

[...] incorporação do mundo subdesenvolvido a um novo nexos capitalista, comandado pela revolução científico-técnica e seu braço ativo, as empresas transnacionais [...] A urbanização

dos países subdesenvolvidos foi mais recente e mais rápida, efetuando-se num contexto econômico e político diferente dos países desenvolvidos. Tem características originais, que a diferenciam nitidamente da urbanização deste último grupo de países.

Segundo o autor, não houve nos países subdesenvolvidos uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário, assim como aconteceu nos países industriais. A urbanização se fez de forma rápida, se dando diretamente na perspectiva de urbanização terciária. No processo de desenvolvimento do capitalismo e sua expansão para os países subdesenvolvidos, a taxa de urbanização foi mais elevada que a de industrialização, provocando um alto índice de população excedente.

Articulando a discussão sobre acumulação e transformação das estruturas espaciais, Harvey (2005b) trata da constituição do “comércio exterior” como forma de expansão geográfica do capital para novas regiões, exportando capital e consolidando um “mercado mundial”. Com base nas análises de Marx, considera que a expansão do capital, via comércio exterior, é um “fenômeno histórico relativo à evolução da formação social capitalista nas sociedades pré-capitalistas, gerando diversas formas sociais intermediárias” (HARVEY, 2005b, p.53), entre as quais cita as economias dependentes.

A partir desta análise que se pode caracterizar a criação do “subdesenvolvimento” como mecanismo do capital para transformar “sociedades não-capitalistas de organizações relativamente auto-suficientes para a produção de valores de uso em unidades especializadas e dependentes para a produção de valores de troca” (ibid., p.57).

É esta lógica que constituirá, por exemplo, os tipos de colônias durante o período de expansão do mercado mundial do capital. No caso do Brasil, estaríamos localizados no que Marx denomina “segundo tipo de colônias”, caracterizadas por serem baseadas em monocultura, onde as especulações comerciais se apresentam desde o início e a produção se destina ao mercado mundial. Nas análises de Marx, neste “tipo” de colônia, “dá-se o modo capitalista de produção, embora apenas no sentido formal, já que a escravidão dos negros impossibilita o trabalho livre e assalariado, que é a base da produção capitalista” (Marx apud HARVEY, 2005b, p.58).

Este é um pano de fundo para compreendermos o processo de urbanização desenvolvido na realidade brasileira. Estes, e outros elementos, irão delinear a concepção de cidade construída no país e reproduzir as relações de exploração e dominação do capital na lógica urbana, onde se inserem os movimentos organizados da classe trabalhadora que disputam a apropriação do espaço por meio das ocupações urbanas – objeto de estudo desta dissertação. Para tanto, torna-se imprescindível discutir sobre quais circunstâncias e premissas a lógica do urbano é construída no Brasil.

Questão urbana na formação social brasileira

Um grande historiador e geógrafo marxista que traduziu a herança da sociedade colonial brasileira foi Caio Prado Jr. Para o autor, a relação do Estado com o urbano está muito menos no campo da legislação e demarcação urbana, e muito mais na formulação das condições para o desenvolvimento da acumulação capitalista internacional no país (PRADO JR., 1989), assim como já afirmamos acima em relação ao processo de urbanização nos países subdesenvolvidos.

O autor ressalta que o povoamento, a formação de núcleos, é mais anterior do que o processo de urbanização, já desde o período de Colônia, em que a constituição das cidades formou uma linha ininterrupta de acontecimentos, nunca voltada para a formação de uma nação, mas na subordinação do país aos interesses das classes dominantes internacionais, conforme seus estágios desenvolvimento e demandas aos países periféricos. O processo de urbanização como vimos hoje se dá com o início da industrialização no país, estritamente nas cidades, não no campo. Marcado pela monocultura agro-exportadora, o processo de industrialização no Brasil se dá de forma tardia e submetida aos interesses do capital internacional.

Fazendo uma análise do processo de urbanização brasileira no princípio do século XX, Maricato (2003, p.151) ressalta que este não se dispôs a superar “algumas características dos períodos, colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei”.

Para compreender a questão urbana no Brasil, Oliveira (1982) afirma ser necessário compreender o papel do Estado na trajetória da economia brasileira, como garantidor das condições necessárias para o desenvolvimento da acumulação capitalista no país, delineando a particularidade brasileira, recuperando e localizando a formação sócio-histórica e a contemporaneidade⁷.

A formação do urbano na economia brasileira se sustenta na lógica da economia colonial tendo no campo o eixo da divisão social do trabalho. O Brasil se insere na divisão social internacional através da função agroexportadora, fundado no campo, na cultura monopolista. Porém, Oliveira (1982) afirma que o campo nunca controlou o Estado no Brasil, visto que este sempre foi dominado pelo capital comercial e a economia agroexportadora que estabeleciam a relação da circulação e produção de mercadoria no país:

[...] nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil [...] devido, precisamente, ao caráter agroexportador da economia [...] Vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que a fazem ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado que tem nas cidades, evidentemente, a sua sede privilegiada (OLIVEIRA, 1982, p.37).

Devido ao caráter agroexportador da economia brasileira, as cidades vão surgir a partir do padrão litorâneo, instaurando mecanismos para controle e inserção da agroexportação na circulação internacional de mercadorias. O processo de entrada do país no processo de acumulação capitalista não interferiu na estrutura agrária existente, uma vez que esta era a base que sustentava sua relação com o capital internacional.

Neste sentido, vivenciamos no país uma natureza *contraditória e polarizada* do processo de urbanização e industrialização. A monocultura no país embotou e abortou qualquer possibilidade

de industrialização em torno das monoculturas, em torno das regiões que produziam os bens primários. A polarização que deriva no país é um vasto campo centrado na monocultura (latifúndio) sem nenhuma rede urbana paralela vinculada e poucas grandes cidades de magnitude relevantes, onde se concentravam as sedes do controle burocrático e comercial.

A redefinição da divisão social e técnica do trabalho no país se desenvolve a partir dos anos 30, numa nova fase da expansão capitalista⁸ e inaugurando o processo de industrialização do país. Porém, assim como ocorre nos demais países subdesenvolvidos, a industrialização impõe um padrão de urbanização em graus superiores ao ritmo da própria industrialização, gerando altas taxas de urbanização acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada na indústria. Cria-se ao mesmo tempo o exército industrial de reserva e a massa sobrando, de uma pancada só (OLIVEIRA, 1982).

Segundo a análise de Pinto (2005), nesta conjuntura há um alto excedente de pessoas “sem trabalho”, que passam a se subordinar às formas de reprodução social que estão postas, perdendo, inclusive a condição humana de sua reprodução. A autora destaca que a industrialização vai acontecer no Brasil quanto todo o processo de industrialização no mundo já está posta e apresenta novas demandas, impondo uma dinâmica muito mais rápida e exigente que a burguesia nacional e a classe trabalhadora ainda não tinham condições de abarcar.

Para Oliveira (1982), estas condições fazem com que o país desenvolva uma urbanização “pobre”, pois se dá desvinculada da base econômica do país. Ressalta que a urbanização “pobre” ganha características novas com a industrialização, mas não se altera a lógica de desigualdade e contradição marcantes na história do país. A industrialização redefine o espaço, mas não rompe com o processo anterior, ela acrescenta,

⁷ O autor trabalha com dois âmbitos de análise: a divisão social do trabalho na lógica do desenvolvimento econômico capitalista e as relações sociais de produção. Para Oliveira (1982), a divisão social do trabalho se altera com o desenvolvimento do capitalismo, se redefine, tendo no Estado o papel de garantidor de mecanismos para sua criação e reprodução.

⁸ Alguns denominam este período de “Revolução Burguesa Brasileira”, porém autores afirmam (Chico de Oliveira, Florestan Fernandes) que o que ocorre no país não é a instauração de uma revolução, mas uma conciliação de classes dominantes destruindo qualquer possibilidade de revolução nacional, constituindo um poder “anti-nação”. Oliveira (1982) ressalta que os processos que pactuam alianças dentro da classe dominante, sempre se deram nas cidades, como fruto do conflito entre o capital comercial e sua intermediação internacional.

articula, constrói novas alianças. Neste processo, o autor destaca o papel determinante do Estado junto ao processo de industrialização:

[...] qual é a relação do Estado com esse novo urbano? Do ponto de vista da divisão social do trabalho o Estado vai direcionar a potência do seu poder de coerção extra-econômico, vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potencializar a acumulação industrial (OLIVEIRA, 1982, p.44).

A relação do Estado com o urbano consiste, nas palavras do autor, na regulamentação das relações entre capital e trabalho, criando, inclusive, um mercado de força de trabalho. No processo de instauração do capitalismo monopolista no Brasil, que se dá nos anos 50, esta relação se aprofunda e o papel do Estado continua a ser essencial, como portador desta relação *capital x trabalho*, passando a penetrar em espaços produtivos que ainda não estavam sob seu comando, passando a exercer uma ação de “socialização das perdas e privatização dos lucros”, de forma a favorecer o capital internacional:

Essa industrialização passa a ser agora um espaço privilegiado de expansão das empresas internacionais, das empresas capitalistas mais poderosas dos países centrais [...] o Estado vai suprir certas necessidades porque a debilidade de acumulação das burguesias nacionais [...] tornam o Estado um ente capaz, pela sua força extra-econômica, de realizar esse processo de centralização de capitais (ibid., p.49).

Nesta conjuntura, o urbano passa a ser um espaço de reivindicação da relação Estado e sociedade civil, passa a ser uma dimensão para além da esfera do trabalho. O autor ressalta que o urbano cria uma nova estrutura de classes, atuando na criação e reprodução do espaço das classes médias, as privilegiando, em detrimento das classes populares, não reconhecidos como agentes políticos na estrutura política do país e no aparelho do Estado.

Ainda em relação ao papel do Estado na manutenção da estrutura de desigualdade social

no território urbano, Maricato (2003) ressalta a dimensão da legislação, como instrumento político utilizado pelo mesmo para a “manutenção de poder concentrado e privilégios”:

A extensão das periferias urbanas tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada [...] A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra as mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003, p.152).

Vivemos numa sociedade em que a maioria não alcança a condição de cidadania. Segundo Maricato (2003, p.153): “a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência de cidadania”. A legislação urbana só surge quando há a necessidade de estruturar o mercado imobiliário urbano, de corte capitalista, contribuindo para o ordenamento do solo de uma parte da cidade, e para a segregação espacial:

[...] a submissão da terra aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário não se tornou homogênea como nos países avançados, convivendo com formas arcaicas de produção do espaço como a autoconstrução em loteamentos ilegais ou em áreas invadidas (ibid., p.154).

É nas áreas “rejeitadas” pelo mercado imobiliário que a população pobre vai morar, em muitos casos, via ocupação irregular. A autora afirma que nestas situações, há certa “tolerância” por parte do Estado, admitindo “aparentemente”

o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. Nestas áreas, instala-se junto com as moradias irregulares, saneamento e infra-estrutura urbana precários, inexistências de serviços e políticas públicas e uma atuação discriminatória por parte do poder policial. Nas análises de Cassab (2010, p.53), a cidade global não reserva lugar para a pobreza, provocando a expulsão de seus moradores para pontos cada vez mais distantes, “carentes de infra-estruturas, equipamentos urbanos e transportes regulares”, constituindo-se como territórios “altamente desiguais”.

A partir das análises apresentadas, identifica-se que a questão da propriedade encontra-se no centro da nova organização espacial do capital. É o Estado quem controla o estoque de terrenos, privilegiando, na sua distribuição, alguns entes, através de pactos entre as elites. São esses pactos que configuram as cidades e vão direcionar, inclusive, a utilização de recursos públicos.

Importa ressaltar que, por mais que os trabalhadores estejam alijados dos pactos descritos, eles também se encontram na cidade, sendo necessário serem levados em conta pelos “gerenciadores”. Um instrumento que potencializa esta presença e contribui para fazer frente às classes dominantes e ao Estado, são as lutas sociais, os movimentos de trabalhadores ligados às diversas esferas da vida social. Nas análises de Harvey (2005a, p. 217), essas lutas também se constituem como expressão de “resistências individuais”:

[...] essas resistências individuais podem tornar-se movimentos sociais que visam liberar o espaço e o tempo de suas materializações vigentes e construir um tipo alternativo de sociedade em que o valor, o tempo e o dinheiro sejam compreendidos de novas formas bem distintas.

No contexto da luta de classes, “as diferentes facções do capital e do trabalho representam diversos interesses dentro de um território, dependendo da natureza dos ativos que controla, e dos dispositivos que dispõem” (HARVEY, 2005b, p.119). A luta de classes localizada no território provoca os capitalistas ou os trabalhadores a buscarem condições favoráveis para seus interesses e sobrevivências.

A luta pelo território – Movimentos Sociais Urbanos

Partindo da geografia histórica do capitalismo, Harvey (2005b) analisa que a acumulação e a expansão do capital produzem pressões em determinada região, fazendo com que se acirre a luta de classes e que, enquanto capital, se busque infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente. Discorre sobre o efeito desse processo nas alianças regionais de classe:

[...] as alianças regionais de classes, vinculadas vagamente num território e organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado, são uma resposta necessária e inevitável às necessidades de defender valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada. A aliança também pode promover condições favoráveis à acumulação adicional nessa região (HARVEY, 2005b, p.119).

Na busca por estabelecer uma força de trabalho estável e confiável e uma oferta cativa de mão-de-obra, garantindo um excedente adequado, os capitalistas investem em processos de reprodução social, como a educação, saúde, serviços sociais e outros, criados para a produção e preservação quantitativa e qualitativa da força de trabalho em determinado território. Os trabalhadores sofrem, então, um dilema similar:

Se não puderem escapar inteiramente do sistema salarial, provavelmente se dedicarão a melhorar seus salários reais, condições de trabalho, etc. Nesse caso, a ironia é que o processo de desenvolvimento capitalista se baseia exatamente nesse comportamento para coordenar a oferta e procura da força de trabalho no espaço. Mas por outro lado, os trabalhadores também poderão melhorar sua sorte se ficarem em um lugar, organizando-se e lutando, coletivamente, por uma vida melhor (ibid., p.147).

Analisando o processo de urbanização brasileira, Pinto (2005) destaca que existiram muitas lutas que buscaram reduzir as desigualdades sociais no espaço urbano, porém, sempre esbarraram nos limites do “projeto burguês de modernidade”, a partir do contexto de produção e reprodução do capital desenvolvido no país. Baseada na “racionalidade da modernização excludente”, a

urbanização é marcada pela luta de classes e se realiza através do “favorecimento das demandas da burguesia e das classes médias em detrimento dos interesses da grande maioria da população, os trabalhadores” (PINTO, 2005, p.72).

Lima (2005) resgata que a questão habitacional é uma expressão das contradições inerentes à relação capital x trabalho, onde a questão da habitação, como expressão da *questão social*, se expressa de forma particular⁹:

Na qualidade de expressão da desigualdade e da rebeldia no que concerne à habitação, esta questão aprofunda-se na periferia do sistema e tende a se agudizar no atual período histórico, devido às transformações em curso na organização da produção, do consumo e no papel do Estado, em resposta à crise do capitalismo em âmbito mundial (LIMA, 2005, p.2).

É a partir da compreensão da cidade como expressão da luta de classes que se dá o processo de reconstituição das lutas por moradias nos anos de 1980, afirmando que “a cidade é a cidade do capital, mas é também a cidade dos trabalhadores, que por meio de sua luta interferem no espaço urbano” (PINTO, 2005, p.72). Raichelis (2006) indica que, a partir dos anos 70 e 80, o tema das lutas urbanas eclode na América Latina e no Brasil e são desenvolvidos diversos estudos acerca da dinâmica dos movimentos sociais urbanos¹⁰.

Para introduzir a discussão relativa aos movimentos sociais urbanos, Pinto (2005, p.59)

compreende que o fenômeno urbano não é mera decorrência de aglomeração populacional, mas um fenômeno “[...] constitutivo e constituído pela historicidade do sistema capitalista [...] é ao mesmo tempo produto do processo de reprodução do capital e locus onde se confrontam os interesses de classe”. Visto que é na fase monopolista do capital que a lógica do mercado se expande para todas as relações, inclusive na reprodução da força de trabalho, o urbano passa a se apresentar como um “cenário de expressão dos arranjos para atendimento coletivo dos padrões domésticos de consumo diário”.

Nas análises da autora, as alterações na esfera da produção, no papel do Estado e na organização da sociedade civil, reescreveram o ideário de cidadão, contribuindo para emergir o status de “cidadania do indivíduo consumidor”.

No Brasil, assim como na América Latina, os movimentos sociais que surgem neste período apresentam forte apelo para o alargamento da democracia, devido aos regimes ditatoriais dominantes do continente, priorizando, na análise de Pinto (2005), as consequências do processo de urbanização. Estes movimentos encampam reivindicações diversas na esfera de direitos sociais enquanto direito de todos, “lidando com questões específicas, como moradia, escola, saúde, ecologia, direitos da mulher, do negro e outros, ainda que sem perder de vista a luta pelos direitos políticos e pela democracia” (PINTO, 2005, p.45).

A autora ressalta que estes movimentos sociais vão se caracterizar pela luta de ampliação da democracia e de novas formas de participação, apresentando novos valores, métodos e perspectivas, constituindo-se como sujeitos políticos fundamentais para a construção de uma “nova cultura política”. Discute os movimentos que se articulam neste contexto e apresentam o enfrentamento da questão habitacional como “eixo central de sua pauta de lutas para a transformação das condições de vida dos trabalhadores” (ibid., p. 63).

Analizando o processo de urbanização brasileira, a autora destaca que existiram muitas lutas que buscaram reduzir as desigualdades sociais no espaço urbano, porém, sempre esbarraram nos limites do “projeto burguês de modernidade”, a partir de todo o contexto de produção e reprodução desenvolvido pelo capital no país, conforme já descrito anteriormente.

⁹ Como nos adverte lamamoto (2011) é preciso evitar as armadilhas que fragmentam e pulverizam a questão social, desconectando as manifestações particulares de sua gênese comum responsável pela sua origem e continuidade. Fortalecendo essa assertiva, Raichelis (2006, p.18) resgata que “a *questão social* é um fenômeno complexo e multifacetado que é historicamente produzido e assume novas configurações e determinações no contexto atual de reestruturação da economia mundial”.

¹⁰ Realçamos que nas últimas décadas do século XX a concentração da população urbana no Brasil se deu de forma muito rápida. Mattos (2009) salienta que o inchaço dos grandes centros em tão pouco tempo propiciou todo o tido de contradições no cenário urbano, afetando, inclusive a experiência e cultura da classe, a partir de “enormes contingentes ainda fortemente marcados pela vida no campo, pessoal ou das gerações ainda vivas da família” (ibid., p.14). O autor destaca que duas décadas de reestruturação produtiva no país foram suficientes para “introduzir um alto grau de precarização numa população trabalhadora que, por sua elevada concentração recende nos grandes centros, já tendia a produzir elevados contingentes excedentes” (ibid., p.16).

Dentre os diversos movimentos sociais urbanos que se organizaram no país ao longo desses anos, cabe destacar a importância do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em 1997, que dá visibilidade a um contexto de intensificação do processo de expansão do capitalismo nos países periféricos. Lima (2005) destaca que no cenário em que parece anunciar-se o “fim do pacto civilizador” sob o qual se ergueu o ideário da cidade moderna, este Movimento projeta uma contratendência à miséria opressora e opressiva que empurra os trabalhadores para a luta imediata pela sobrevivência diária e para sucumbir às estigmatizações que visam exilá-los do direito a lutar por seus direitos ao usufruto dos equipamentos e serviços sociais.

Uma informação relevante refere-se à atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um dos atores que proporcionaram a origem do MTST, a partir da identificação da “importância de se criar focos de organização nas cidades para entender e atuar sobre os problemas urbanos que assolam a população urbana, bem como fortalecer laços de unidade e luta pela reforma agrária¹¹” (PINTO, 2005, p.173).

A ocupação que deu origem ao MTST ocorreu em Campinas. Após esta experiência, iniciaram uma série de estudos e formação, em conjunto com militantes do MST e, a partir de 2000, começaram a espalhar lideranças por diversos estados do Brasil, ampliando suas ações políticas.

Segundo Pinto (2005), o movimento teve sua base e existência determinada pelo binômio “rua x casa” e possui como elemento unificador a ausência da identidade de morador:

Há uma construção de ações e projetos que tem por base o fato de que cada uma dessas famílias não teve acesso a condições de moradia e, portanto, não pertencem à cidade. Essa identidade se dá mais pela ausência de algo, pelo elemento negativo. Ao mesmo tempo, essa condição, produzida por esta negatividade, gera uma busca de identidade positiva, na medida em que se procura de-

envolver um projeto que apresenta uma proposta de identidade pelo que querem e lutam para serem: moradores da cidade, com uma visão mais ampla de mudança das condições de vida nessa cidade (PINTO, 2005, p.174).

A construção dessa identidade é, então, elemento fundamental para o desenvolvimento das ações coletivas do Movimento, tendo na moradia a reivindicação que dá singularidade à luta, por ser uma questão particular que unifica as diferentes pessoas e famílias. No caminho da construção do processo de formação de consciência, importa destacar que a compreensão de moradia, por parte do Movimento, vai além da obtenção de um teto para morar e se localizar na cidade. É entendida como uma necessidade imediata, mas a luta vai mais além, se realiza na perspectiva de organizar famílias para lutar pela reforma urbana, tendo no Movimento um instrumento para possibilitar a transformação social. Encontramos esta análise também em Cassab (2010, p. 49):

Para alguns, principalmente para os moradores dos acampamentos, a moradia se configurava como o objetivo fundamental. Para outros, militantes intermediários, coordenação e alguns moradores, ela seria um objetivo específico, uma etapa para se chegar ao objetivo final do movimento (p.48). [...] Ou seja, para o militante de base, que integra a massa das ocupações, o objetivo não é nem mesmo uma política habitacional. Para esses, o movimento significa um meio de conseguir uma casa. Já para coordenadores e lideranças o objetivo do movimento não se encerra na conquista da moradia. A luta pela moradia seria um dos instrumentos usados para alcançar o objetivo final, expressa pela ideia de uma “transformação social”.

Na análise do processo de constituição de identidade, Pinto (2005, p.174) destaca que “compreende-se a construção dessa identidade não como uma conscientização da condição de “não-morador”, mas sim uma compreensão mais global das forças sociais que se movem e geram relações e lugares sociais”.

Analisando os métodos de luta, destaca a ação direta como ação preponderante do movimento, através de marchas, manifestações e ocupações de terras, além da estratégia de ocupação de espaços públicos e outras formas

¹¹ Percepção gerada a partir do contato do MST com várias cidades brasileiras quando realizou uma Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 1997.

de pressão política e interlocução com a sociedade – “recupera-se nessa prática a noção da política como dimensão da vida social cotidiana, reconhecendo que a ação política deve atingir diversas esferas, além das tradicionais” (ibid., p.175).

Analisando as ocupações de prédios realizadas nas metrópoles brasileiras, Lima (2009, p.1) ressalta que há nestes grupos o debate sobre o significado da ocupação: “ser um espaço de sobrevivência e de luta”:

Tratam-se de lutas protagonizadas por sujeitos apartados do mundo do trabalho formal que, partindo de sua condição de vida precarizada, projetam uma contratendência à miséria que empurra para a imediatividade da luta pela sobrevivência diária e para sucumbir às estigmatizações que visam exilá-los do direito a lutar por direitos (LIMA, 2009, p.1-2).

Cassab (2010) ressalta que a ocupação do solo urbano é a principal estratégia de luta desse movimento e se constitui como um dos elementos centrais do conjunto de seus princípios organizativos. Neste sentido, as ocupações não se configuram apenas como uma “possibilidade de subsistência e de moradia imediata, mas também como uma maneira de garantir a realização de suas experiências de vida e a sua afirmação como sujeitos da e na cidade” (CASSAB, 2010, p.50).

A partir destas considerações, pode-se identificar, conforme nos elucidou Pinto (2005), que a organização do movimento ocorre por meio de duas dimensões: uma relacionada à ação direta e, outra, à formação política, possuindo ainda quatro etapas de organização, que ocorrem de modo conectado: a mobilização de massa; o conhecimento sobre o público-alvo e estudo teórico de organizações pré-existentes; a formação de coletivos; e a não preocupação da ação em curto prazo.

As lutas por moradia são, portanto, uma das formas em que os trabalhadores marcaram sua presença na cidade, na arena de negociação com o Estado e no enfrentamento ao capital para fazer com que tivessem direito à cidade e, nesse movimento, já fazendo com que a cidade, apesar da determinação do capital, fosse também dos trabalhadores (PINTO, 2005, p.188).

A existência de diversos movimentos sociais dos “Sem-direito à Cidade”, demonstra, nas análises de Lima (2009, p.6), que a *questão urbana* é a “manifestação no urbano de processos de resistência à contradição fundamental da sociedade capitalista” e que as práticas vivenciadas por alguns destes, demonstram a intenção por parte de seus organizadores, de “despertar entre os participantes do Movimento o exercício de valores divergentes dos valores dominantes na grande cidade” (p.7). Deste modo, esses movimentos podem significar um espaço de articulação e formação tendo por base a perspectiva da transformação social.

Cassab (2010) salienta que ao agregar e organizar diferentes pessoas, o movimento cria uma nova identidade entre seus membros, como moradores da cidade, como sujeito de direitos, contrapondo às concepções dominantes que recusam aos moradores da periferia o direito à cidade. E é a partir de suas lutas no tecido social urbano que contribuem para “descortinar a realidade. Para trazer à tona a cidade real, então oculta. Romper ideologias. Quebrar consensos. Vislumbrar e denunciar a cidade real. Projetar e lutar por uma outra realidade” (CASSAB, 2010, p.64).

Diante dessas reflexões pode-se afirmar que, através das lutas sociais urbanas, é possível construir focos de resistência capazes de se somar ao conjunto do movimento da classe trabalhadora, proporcionando espaços que despertem e/ou desenvolvam processos de formação da consciência de classe, sob a ótica do proletariado.

Considerações finais

[...] quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim

Cecília Meireles

O território constitui-se como a regulamentação das formas de convivência fundamentada no conjunto das relações de produção e reprodução da vida material. É lugar de poder e de apropriação material do espaço, demarcado pela luta de classes. Nesta perspectiva, os significados

objetivos atribuídos ao tempo e espaço estão diretamente ligados aos processos materiais que determinam a constituição do espaço territorial. Cada momento histórico caracteriza as diversas formas de uso do território reproduzindo uma ordem espacial específica.

Os modos flexíveis de acumulação no contexto de reestruturação do capital irão focar na aceleração do ritmo dos processos econômicos e da vida social. A partir da produção de formas econômicas e rápidas de comunicação e de transporte, além de novas esferas de realização para o trabalho, estabelece um novo espaço para a acumulação do capital. É a necessidade de minimizar o custo de circulação e tempo de giro que promove a aglomeração da produção em grandes centros urbanos, que se tornam, nas palavras de Harvey (2005a) “oficinas da produção capitalista”. Com base nestas premissas estrutura-se a urbanização no modo de produção capitalista, sendo o processo urbano moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital.

O capitalismo surge na cidade e instaura um processo de produção que vai se desenvolver, desde o princípio, de forma desigual e contraditória. Esta dimensão irá interferir diretamente na estrutura interna das cidades, desde sua constituição aos níveis de desenvolvimento que encontramos nos dias atuais, tendo uma expressão mais acirrada na urbanização dos países subdesenvolvidos, que se realiza de forma subordinada aos interesses do capital internacional.

A questão urbana, como expressão das contradições da questão social, origina-se com o desenvolvimento do capitalismo, que determina a formação das cidades subordinada à necessidade de ampliação do processo de acumulação do capital, como determinação do desenvolvimento das forças produtivas. Neste contexto, a classe dominante conta com um duplo poder: a propriedade privada do solo e a ação estratégica do Estado, com o papel de gerir os espaços de poder.

Pode-se afirmar, portanto, que uma questão central, posta na relação questão urbana e lutas sociais no contexto do capital, é a dimensão da propriedade privada. Esta se encontra no centro da nova organização espacial do capital e se constitui a base da construção das cidades e das relações sociais, (re)produzindo a desigualdade e estrutura da sociedade burguesa. Esta estru-

tura se reflete na dimensão do *espaço*, *tempo* e *território*, em especial na combinação destas categorias para a construção das cidades e da ocupação do solo urbano.

O processo desigual e contraditório da estruturação das cidades, baseado na propriedade privada do solo, faz com que convivamos, nas palavras de Santos (1989) com duas ou diversas cidades dentro da cidade. As diversas paisagens urbanas correspondem às diferentes classes sociais e é a partir desta premissa que a cidade torna-se, nos dias atuais, “incontrolável” e com um emaranhado de problemas cada vez mais complexos, que consagram a desigualdade e a segregação.

Na análise sobre a constituição do urbano na formação social brasileira, confirma-se que a cidade global não reserva lugar para a pobreza, utilizando do ordenamento do solo urbano para promover a segregação espacial. Constata-se, nos dias atuais, o privilégio dispensado ao mercado imobiliário em detrimento às classes populares, expulsas para as periferias, sem acesso aos serviços e infraestruturas urbanas.

É neste contexto, e a partir da compreensão da questão urbana demarcada pela luta de classes, que ganham espaço as lutas sociais pelo direito à cidade. As lutas sociais, como forma de mobilização e organização, potencializam a presença dos trabalhadores no cenário urbano e constituem-se como espaços de resistência e de construção de processos de contra-hegemonia que interferem no cenário da luta de classes.

No Brasil, estes espaços ganham visibilidade a partir da articulação das lutas pela moradia nos anos 1980, mas possui como um dos principais expoentes, no final dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que consegue, a partir de suas ações, dar visibilidade ao contexto de intensificação do processo de expansão do capitalismo nos países periféricos, estabelecendo novas estratégias de ação da classe trabalhadora.

É a partir da análise desta experiência que identificamos a ocupação do solo urbano como uma das principais estratégias de luta que podem contribuir para a construção de focos de resistência que atuem tanto na disputa pelo acesso à cidade quanto em processos que desencadeiem a formação da consciência de classe junto aos indivíduos e grupos sociais envolvidos.

No campo da luta social, o movimento da classe trabalhadora deve seguir na contramão do processo vigente, reafirmando o caráter de classe desta luta, ampliando e estabelecendo resistências e lutas coletivas, que caminhem para a superação da ordem vigente. A ação coletiva pode colocar as relações sociais vividas em um novo patamar, com horizonte da transformação social.

Como indica Harvey (2005a), qualquer projeto de transformação da sociedade deve apreender a estrutura da transformação das concepções práticas espaciais e temporais, e pode-se acrescentar, territoriais. Neste sentido, cabe aos movimentos sociais urbanos constituírem uma nova espacialidade da vida social, com novas definições e aplicações das categorias *espaço e tempo*, desconstruindo os territórios de desigualdades promovidos pelo capital. É preciso se apropriar do território, inverter as contradições postas na vida social pelo modo de produção capitalista, desnudar a realidade e ampliar as lutas pela ocupação do espaço urbano, como parte de uma luta maior de constituição de uma nova sociabilidade.

Referências

- CASSAB, Clarice. O movimento social sob as dinâmicas do mundo global: pensando desafios. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 7, jan./jul. de 2010, p.47-65.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14.ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005a.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005b.
- _____. **Espaços de Esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2012, p.15-61.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. A “praxis”: a relação social como processo. In.: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1977, p.175-190.
- _____. **A Revolução Urbana**. Trad.: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- _____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008, p.36-57.
- LIMA, Sonia Lucio Rodrigues. Movimento dos Sem Teto: expressão de metamorfoses na luta social. **Caderno Especial nº22**, Edição: 09 a 23 de setembro de 2005.
- _____. Luta de classes e Questão Urbana no Brasil atual. **XIX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafios para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de outubro de 2009.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v.17, n.48, 2003, p.151-166.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, Cap. 24.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo**. Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009, p.13-50 e 101-116.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, n. 6, ano II, 1982, p.36-54.
- PINTO, Marina Barbosa. **Os movimentos sociais e a construção da cidadania**. Tese de Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2005.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**. São Paulo, n.69, 2006, p.13-48.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.29-40.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Humana**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos), p.17-26.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.9-28.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p.57-116.

SOTO, William Héctor Gómez. Espaço e política em Lefebvre. **Revista Online Pensamento Plural**. Pelotas: julho/dezembro 2008, p.179-185.